

Pensamento racialista no Brasil pós abolição: breve reflexão sobre racismo estrutural

**Nayara Ferreira
Lacerda ¹**



**Racialist
thinking in post-
abolition Brazil:
brief reflection
on structural
racism**

¹ Mestranda em Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS) da UFRRJ.
E-mail: nayaluzdeluna@gmail.com

Resumo

O racismo e a vulnerabilidade social são atualmente uma triste realidade enfrentada pela população negra no Brasil, e acreditamos que tais consequências foram, em parte, resultado da construção e a consolidação de ideologias e simbolismos que exaltaram a supremacia branca no país. Neste artigo, nosso objetivo é abordar parcialmente ideias racistas que inspiraram os intelectuais brasileiros no início do período posterior a abolição da escravidão e da República proclamada em 1889. O principal objetivo deste trabalho é tecer uma análise sobre a influência de ideologias racistas advindas, em sua maioria, de intelectuais europeus e que repercutiram de modo significativo no país no período em que este consolidava uma ideia de identidade nacional.

Palavras-chave: Racialismo; Primeira República; Pós-abolição.

Abstract

Racism and social vulnerability are currently a sad reality faced by the black population in Brazil, and we believe that such consequences were, in part, the result of the construction and consolidation of ideologies and symbolisms that exalted white supremacy in the country. In this article, our objective is to partially address racist ideas that inspired Brazilian intellectuals at the beginning of the period after the abolition of slavery and the Republic proclaimed in 1889. The main objective of this work is to analyze the influence of racist ideologies arising, in their the majority, of European intellectuals and that had a significant impact on the country during the period when it consolidated an idea of national identity.

Keywords: Racialism; First Republic; Post-abolition.

Introdução

Após a abolição da escravidão, a realidade encontrada pelos recém libertos completamente desamparados e recriminados pela sociedade, não foi uma realidade fácil. Enquanto escravizados não tiveram suas origens, sua cultura e sua história reconhecidas e valorizadas dentro deste contexto. Além disso, a partir do século XIX, intelectuais brasileiros inspirados por ideologias estrangeiras reproduziram e sistematizaram conceitos racialistas que foram incorporados nas relações sociais no Brasil. É importante destacar que o fim do sistema escravista não ocorreu por um reconhecimento de que a escravidão era ruim aos escravizados e que era necessária uma reparação histórica e social para com estas pessoas.

Embora houvesse uma mobilização abolicionista, a abolição não ocorreu pela consolidação de uma consciência de direitos humanos no Brasil ou uma fraternidade racial. Pelo contrário, a soma de alguns fatores de ordem econômica somado a pressão internacional e principalmente a resistência dos escravizados à escravidão foram fatores determinantes para pôr fim a esse sistema tão desumano que durou mais de três séculos. Desse modo, o pensamento social vigente no período pós abolição era ainda baseado em uma experiência sociocultural pautada no sistema colonial escravista. Após a abolição da escravidão, o Estado Republicano não formulou políticas públicas eficientes para a inserção da população negra liberta, tão pouco se esforçou para consolidar o respeito entre a população, valorizando a multiplicidade cultural dos diferentes povos que compõem a nação.

Neste sentido, compreendemos que a tentativa de homogeneização da cultura, sob a ótica de uma determinada classe social, contribui para a legitimação de certas ideologias de dominação social e perpetuação das desigualdades sociais e culturais no Brasil. Desse modo, consideramos importante debater acerca dessas ideologias que permearam o pensamento social no Brasil no período posterior a abolição da escravidão, por meio de uma breve análise de alguns intelectuais brasileiros, que com suas ideias contribuíram para a consolidação de um pensamento racista. Consideramos que a propagação dessas ideias entre a elite brasileira contribuiu para a consolidação de um Estado Republicano (1889) reprodutor de ações racistas. Acreditamos que debater sobre essas questões é importante para uma reflexão acerca do racismo estrutural e das desigualdades sociais presentes atualmente no nosso país.

Brasil e ideologias racialistas na Primeira República (1889 a 1929)

Muitas foram as formas de procurar entender a diversidade física existente entre os povos do mundo. Muitas sociedades criaram seus próprios mitos de origem que tentaram explicar o motivo dessas diferenças entre os seres humanos. As religiões também se ocuparam dessas questões. Mas, a partir do século XIX, as sociedades ocidentais aderiram a ciência como meio de explicação para diversos assuntos, inclusive, essa questão. Neste período, estudos biológicos foram empregados por cientistas para defender que os seres humanos tinham diferentes origens e, por isso, eram diferentes fisicamente. Afirmavam também que a evolução da humanidade ocorreu de maneira desigual, resultando em raças humanas distintas que foram classificadas pelos cientistas como estágios diferentes de evolução. As explicações dessas diferenças não se limitaram ao campo biológico e se estenderam a outras áreas do conhecimento científico. Cabe pontuar ainda que essas explicações foram utilizadas para justificar costumes cruéis como a escravização e a dominação imperial de determinados povos como os africanos e asiáticos.

No final do século XIX, a eugenia se estruturou como uma ideologia, e ganhou adeptos em diferentes áreas do conhecimento na Europa, repercutindo em todo o mundo, inclusive no Brasil. A eugenia é um termo criado pelo antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911) e é uma palavra de origem grega que significa “bem-nascido”. Galton baseou sua teoria no conceito de seleção natural presente na obra *A origem das espécies* de Charles Darwin. Trata-se de obra na qual este estudioso propõe a seleção artificial para o aprimoramento das espécies.

O desenvolvimento do naturalismo científico no século XIX forneceu a esses procedimentos ideológicos contraditórios a base pseudocientífica de doutrinas como o darwinismo social, o spencerismo, o lamarckismo e a eugenia, que serviam para disfarçar as raízes socioeconômicas da desigualdade ao atribuí-la às leis da natureza (STOLCKE, 1991, p. 112).

Ao longo dos três séculos em que o Brasil viveu sob o regime escravista, foi comum no país a ideia de superioridade do homem branco que desde o período

colonial e a partir do processo de mestiçagem² foi exaltado como ser humano superior. No Brasil, “as teorias raciais foram bem recebidas pela intelectualidade e difundidas entre finais do século XIX e início do século XX. Esse período também foi marcado pelo fim da instituição mais longeva da história do Brasil: a escravidão” (SANTOS, 2017, p. 254). Embasados nessas ideologias raciais, a elite intelectual do Brasil foi incisiva na estruturação do racismo nas relações sociais mesmo após o fim da escravidão e a Proclamação da República. Práticas racistas eram corriqueiras e foram reproduzidas em diferentes setores da sociedade como, por exemplo, no campo político e religioso, na imprensa e, ainda, no âmbito da educação como um todo.

Segundo Lilia Schwarcz³, entre o século XIX e início do século XX, a proliferação dessas ideias no Brasil foi amplamente difundida por três centros de saber: os museus, os institutos e as faculdades de direito e medicina. Os periódicos de museus de ciências naturais eram compostos de muitos artigos que se voltavam para a temática da evolução das espécies que se desdobravam numa tentativa de explicar também a evolução cultural e dos povos. Os institutos, que também publicavam artigos em suas revistas, refletiam a ideologia de seus sócios-fundadores e muitos destes eram adeptos de teorias evolucionistas e deterministas. Por fim, as faculdades de direito se debruçavam sobre a relação entre liberalismo e discurso racial. Enquanto os cursos de medicina, principalmente na Bahia, buscavam compreender a origem da criminalidade, da loucura e da degeneração com base no cruzamento interracial no Brasil, a imprensa médica foi responsável pela publicação de estudos que compreendiam a miscigenação como um grande mal ao país.

No âmbito político a República brasileira proclamada em 1889 trouxe grandes expectativas para a população que almejava uma maior participação e representatividade política por meio da democracia. No entanto, a primeira República refletiu o pensamento social das oligarquias brancas que ocupavam os espaços políticos e que na prática continuaram a reproduzir as relações sociais desiguais presentes no período imperial.

² Segundo Verena Stolcke (2006) , é inadequado o uso do termo miscigenação para a relação sexual entre colonos europeus e a população indígena nos dois primeiros séculos após a conquista porque, a categoria moderna de “raça”, e, portanto, a ideia da mistura “racial” a que a miscigenação se refere, só apareceram no início do século XVIII.

³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

Nossa República, passado o momento inicial de esperança de expansão democrática, consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo. Consolidou-se sobre a vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico. As propostas alternativas de organização do poder, a do republicanismo radical, a do socialismo e mesmo a do positivismo, derrotadas, foram postas de lado (CARVALHO, 1987, p. 161-162).

A República emergente neste período expressou o quadro político e social da estratificação racial existente no país e contou com a atuação de “intelectuais para a instalação de uma formação discursiva, determinada como uma estratégia de biopoder, que produziu as raças no Brasil e o Problema Negro como tipicamente nacional” (PINHO, 2004, p. 105). Na prática, a transição do Império para a República não efetivou transformações imediatas na sociedade brasileira, que continuou dicotômica e racializada: pobres x ricos e negros x brancos. Essas expressões sociais dicotômicas - que, com frequência associavam-se - não só estavam presentes no âmbito das relações de trabalho como se desdobravam no campo cultural.

Neste contexto, a população negra do país encontrava-se desamparada e marginalizada dentro do novo sistema político que continuou a reproduzir ideologias eurocêntricas. Segundo Guimarães, a “formação nacional acabou por reduzir os ideais de liberdade ao fim do cativo, limitou a igualdade aos limites das classes sociais, e fez da fraternidade entre as raças o solo único da solidariedade social” (GUIMARÃES, 2011, p. 18). A divisão dos intelectuais republicanos entre abolicionistas e não abolicionistas é um exemplo do quanto as questões relacionadas ao fim da escravidão eram complexas e dividia opiniões mesmo entre os republicanos.

Apesar dos ideais abolicionistas que condenavam o escravismo, figuras importantes do cenário nacional e os próprios dirigentes da Primeira República (1889-1930) implementaram diversas políticas públicas que estavam pautadas nas teorias raciais, defendendo assim a diferença e a desigualdade entre brancos e negros, mestiços e indígenas do Brasil. (SANTOS, 2017, p. 254).

A ideia de embranquecimento da nação era pauta entre os distintos grupos intelectuais, e desde o início da República no Brasil, esse projeto foi colocado em prática de diferentes maneiras. Muitos cientistas sociais racistas compreendiam o projeto de embranquecimento como uma “solução” ao “problema negro” no Brasil. Neste sentido, a miscigenação e a “evolução” do povo brasileiro era constantemente tema de debates entre os intelectuais brasileiros. O sociólogo Oliveira Viana, por

exemplo, afirmava a inferioridade dos negros e indígenas na composição social do país. Para este intelectual, “(...) essas duas raças inferiores só se fazem agente de civilização, isto é, somente concorrem com elementos eugênicos para a formação das classes superiores, quando perdem a sua pureza e se cruzam com o branco”. (VIANNA, 1933, p. 35). Havia também aqueles que acreditavam que o embranquecimento da população brasileira se daria de modo natural e que o hibridismo cultural e racial ocorreria por meio de uma harmoniosa miscigenação característica do povo brasileiro.

Os republicanos mais influenciados pelos intelectuais naturalistas tenderão a desenvolver justificativa racistas e a negar a existência de um povo brasileiro afirmando, ao contrário, a necessidade de sua formação a partir do incentivo à imigração europeia, defendendo o embranquecimento da nação pela substituição paulatina de sua mão de obra. Já os intelectuais e cientistas oriundos de camadas tradicionais, buscando nas ciências sociais alternativas teóricas mais condizentes com a história demográfica do país, buscam apaziguar as mesmas inquietações em teorias de hibridismo cultural e racial. Para eles, o embranquecimento da nação se daria pela via da miscigenação biológica e cultural continuada. (GUIMARÃES, 2011, p. 31).

Com base nesta forma de pensar, que classifica os seres humanos em raças e em diferentes estágios de evolução, o mestiço estaria num patamar de “transição” ao tipo ideal de ser humano. Esse pensamento a respeito do ideal branco de população repercutiu nos países colonizados da América e foi simbolizado em diferentes meios, inclusive, no campo das artes.

É possível visualizar essa perspectiva na obra *A Redenção de Cam* (1895), do autor espanhol Modesto Brocos (1852-1936), que viveu parte de sua vida no Brasil. A obra retrata as teorias raciais controversas do fim do século XIX e o fenômeno da busca pelo “embranquecimento” gradual das gerações de uma mesma família por meio da miscigenação. Trata-se de obra pintada na ocasião em que Brocos lecionava na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. O autor, adepto das ideias racistas e eugenistas, expressa nessa obra o simbolismo do pensamento elitista brasileiro do período. A pintura, *A redenção de Cam*, retrata uma linhagem familiar (feminina) negra que vai se “embranquecendo” através do homem branco, visto como a “salvação” ao “problema negro” no Brasil. A obra aparece num processo pós-abolicionista da “Nova República”, que almejava uma modernização do Brasil tendo na Europa o modelo de nação ideal.



Figura 1 – A Redenção de Cam.

Fonte: Modesto Brocos - tinta sobre tela -1895.

Aos olhos da elite os brancos representavam o progresso, atrelado a República, enquanto os negros representavam o atraso que remetia ao passado escravista. Ainda neste contexto, tanto os conservadores quanto alguns políticos que se diziam de esquerda cometeram equívocos quanto as questões raciais no país. Desse modo, o imigrante branco, sobretudo os imigrantes europeus, se estabeleceram em diferentes períodos da história do Brasil, como uma estratégia de embranquecimento.

No início do século XX, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, então capital Federal, era fomentada entre a elite a ideia de que as epidemias eram transmitidas a partir da população negra, recém-liberta com a abolição da escravatura (1889). Neste período médicos e sanitaristas, especialmente a serviço do Estado, refletiram sobre o combate a sucessivas ocorrências de surtos epidêmicos, como por exemplo, os surtos de febre amarela, de tifo, de varíola e de tuberculose, que aumentava, em termos estatísticos, a morte entre as populações urbanas. Tais acontecimentos chamaram a atenção sobre as razões de sua ocorrência, originando-se uma linha de pensamento denominada de “higienismo social” por meio da qual foram implantadas uma série de políticas sanitárias.

Na prática, tais medidas afetaram de modo negativo a população pobre dos centros urbanos que na sua grande maioria era negra. A vacinação obrigatória, a fiscalização compulsória das residências e a demolição das habitações coletivas

existentes na cidade como cortiços, estalagens e casas de cômodos foram algumas formas que o governo adotou para erradicar as epidemias. O Estado justificava essas intervenções junto às moradias, a partir do argumento de que as condições insalubres das habitações coletivas, eram propícias à propagação de doenças e, por isso, a demolição se fazia necessária a saúde pública.



Figura 2 – Reforma Urbana de Pereira Passos.

Fonte: Crédito: Augusto Malta/Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O cortiço “Cabeça de Porco”, localizado na região central do Rio de Janeiro, chegou a ter muitos habitantes e foi um dos principais alvos do governo do Estado, que almejava um ambicioso projeto de modernização urbana. Somava-se a essa questão, a visão conservadora e moralizadora sobre a população dos cortiços, que em sua maioria era formada por negros, nordestinos e imigrantes latinos. Essas habitações coletivas abrigavam grande parte da população de trabalhadores que para estarem mais próximos de seus locais de trabalho, optavam por morar nas regiões centrais das grandes cidades.

A empreitada de destruição dos cortiços e a “modernização” das cidades trouxe como consequência a desapropriação de grande parte da população pobre, que sem alternativa, foi se abrigar em regiões periféricas ou na encosta dos morros da cidade. Essa reorganização urbana teve como consequência a desmobilização dos movimentos da população negra e pobre dos centros urbanos. Neste sentido,

transcendeu o objetivo da questão de saúde pública, pois teve também motivação política e ideológica.

Principalmente, tal reconstrução representava pôr um fim à continuada mobilização social das massas urbanas, que começara nos 1880 com a campanha abolicionista. Significava, sobretudo, atualizar em novas linguagens as formas de subordinação e inferiorização da massa trabalhadora de origem mestiça e escrava (GUIMARÃES, 2011, p. 23).

Destacou-se também neste período, a atuação do médico e cientista Oswaldo Cruz que esteve à frente do Instituto Soroterápico Federal, construído na Fazenda Manguinhos, no Rio de Janeiro. Ele iniciou campanhas sanitárias de combate às principais doenças da capital federal: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. No entanto, para o combate a essas doenças, foram utilizados majoritariamente meios violentos para que seus objetivos fossem alcançados, ao invés de se investir em projetos de educação e informação da população.

Em junho de 1904, devido a epidemia de varíola, Rodrigues Alves estabeleceu uma lei para tornar a vacinação obrigatória em toda a cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, foi instituída a vacinação compulsória e obrigatória da população, que era efetivada de modo violento por meio, inclusive, da invasão de residências, além de se ter estabelecido a proibição de contratos de trabalho, matrículas em escolas, certidões de casamento, autorização para viagens dentre outras medidas para os indivíduos não vacinados. Como consequência dessas medidas, em novembro deste ano ocorreu uma revolta popular, que durou uma semana, e ficou conhecida como Revolta da Vacina. A rebelião foi contida pelo governo e a vacinação obrigatória foi suspensa.

A partir desse contexto de opressão popular, a eugenia foi compreendida por grande parte da elite intelectual e política do país como um meio de “higiene social”, que se fazia necessária para o projeto de Estado nação em curso. Nesse período, era comum a associação entre saneamento, higiene e eugenia nos discursos da elite branca, que recorreu a explicações médicas para justificar, inclusive, a atuação violenta do Estado.

A eugenia, no contexto brasileiro, teve como principal impulsionador o médico e sanitarista Renato Kehl (1889-1974). Dentre as suas propostas estavam a implantação de uma educação eugenista nas escolas, testes mentais em crianças, segregação de deficientes, esterilização forçada, regulamentação do casamento e

também exames que assegurassem o divórcio caso fossem comprovados “defeitos hereditários” na linhagem familiar. Kehl foi um grande impulsionador das ideias eugenistas no Brasil e, seguindo este propósito, atuou como editor de revistas e periódicos nacionais, dentre as quais está o *Boletim de Eugenia*, que circulou no período de 1929 a 1933. Cabe sublinhar que com a colaboração de outros médicos ele fundou a *Sociedade Eugênica de São Paulo* (1918) e criou a *Comissão Central Brasileira de Eugenia* (1931).

Dentro desta conjuntura, também se destacou o médico legista Raimundo Nina Rodrigues que produziu uma série de obras a partir das quais afirmava a inferioridade da raça negra. Nina Rodrigues publicou diversos artigos na revista científica de medicina *Gazeta Médica da Bahia*, também conhecida como GMBahia, publicada pela Faculdade de Medicina da Bahia. Assumidamente eugenista, racista e conservador direcionou seus estudos raciais para a área da Medicina Legal. Debruçava-se sobre casos de crimes, de loucura e de crenças religiosas, sempre na busca de pistas que pudessem comprovar suas teorias sobre a inferioridade racial dos negros, mas as ideias de Nina Rodrigues não se limitaram ao campo da medicina ou do direito e acabaram por influenciar outras áreas do conhecimento. Suas ideias repercutiram, por um longo período de tempo, entre os intelectuais brasileiros e se reproduziram e/ou foram assimiladas em outras áreas de estudo.

No meio literário, o escritor Monteiro Lobato também expressou comentários racialistas e evolucionistas, inspirados em autores como Spencer e Darwin. Sua obra é marcada por diferentes períodos, mas é possível identificar em seus escritos, inclusive nos contos infantis, ideias que refletem sua simpatia pelo higienismo racial, pelo darwinismo social e ideias neolamarckianas de raça, que contribuíram para a consolidação de uma elite intelectual racista no Brasil. O autor foi responsável pela publicação da obra *Annaes de Eugenia*, publicada em 1919. Ele organizou, inclusive, diversas palestras de adeptos ao eugenismo, que levaram a teoria à arena pública, na intenção de atingir as classes mais ricas da sociedade, que de modo geral assimilaram este pensamento racista.

No romance, *O presidente Negro – o choque das raças* (1926), é possível visualizar ideais eugenistas que remetem ao uso de procedimentos científicos com a finalidade do branqueamento da população norte-americana, seja por meio de estratégias de despigmentação e alterações fenotípicas, seja por meio da

esterilização forçada dos negros. No referido romance de Monteiro Lobato é possível observar, por meio do diálogo entre os personagens Ayrton e Miss Jane, elogios às práticas eugenistas que repercutem em um futuro “fictício” que, segundo os personagens, seria um exemplo ideal, embora repleto de controvérsias.

O direito de reprodução passou a ser regido pelo Código da Raça, o mais alto monumento da sabedoria humana. Só quem apresentasse a série completa de requisitos que a Eugenia impunha - requisitos que assegurassem a perfeita qualidade dos produtos, é que recebia o ministério da Seleção Artificial o *brevet* de “pai autorizado”. (LOBATO, 1926, p. 156).

A partir da década de 1930, ganha força entre os intelectuais da época, variados discursos acerca da miscigenação que traziam à tona uma visão diferente em relação ao pensamento da “eugenia racial” reproduzido por Renato Kehl no Brasil. Se sobressaem neste período correntes de pensamento no campo das ciências sociais que abordavam temas como a formação social e cultural brasileira, por meio da interação dos diferentes povos que compõem o Brasil. Dentre estes intelectuais se destaca o antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre, que escreveu obras como *Casa Grande e Senzala* (1933). Nesta obra, o autor faz uma análise da formação social brasileira, levando em consideração a cultura dos três povos: os brancos, os indígenas e os negros. Essa ideia geral desencadeou o que Freyre chamou de democracia racial no Brasil, que apresenta uma visão de “harmonia” entre os grupos étnicos, no período da colonização.

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios de gente autóctone. (FREYRE, 2006, p. 160).

Em *Sobrados e Mucambos* (1936), Freyre abordou a miscigenação numa outra perspectiva, compreendida como um aspecto natural da modernização do país. É importante reconhecer que o pensamento de Freyre estava na contramão dos intelectuais eugenistas que compreendiam a população negra como inferior, embora

fossem norteados por conceitos de raça numa perspectiva cultural e não biológica. Nesse sentido, as ideias de Freyre foram relevantes, pois exaltavam a importância da contribuição cultural dos negros e indígenas no processo de formação de uma identidade nacional brasileira.

Sua grande contribuição foi mostrar que o negro, índio e mestiço tiveram contribuições positivas na formação da cultura brasileira. Consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são: a raça negra, a branca e a índia; brotando lentamente o mito da “democracia racial” - exaltação da ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, facilitando às elites dissimular as desigualdades e de impedirem os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (MUNANGA, 2008, p. 75-76).

Por outro lado, Osmundo Araújo Pinho (2004), analisando os discursos de Gilberto Freyre e Arthur Ramos, leva em consideração o contexto de pressão que a eugenia desencadeou sobre a produção dos intelectuais brasileiros deste período. Neste sentido, o autor afirma que “as ciências sociais que se formavam nos anos trinta herdaram este pesado pacote discursivo e diante dele propuseram uma saída comum, representada tanto em Freyre como em Ramos” (PINHO, 2004, p. 94). Esta “saída” de que enuncia Pinho pode ser compreendida como a *assimilação* ou *aculturação*, presentes na construção do conceito de mestiçagem trabalhado em ambos os autores.

Muito depois haveria de se provar que o pretendo mal da mestiçagem é um mal de condições deficientes de meio social e cultural. Se substituirmos na obra de Nina Rodrigues os termos biológicos de Raça e Mestiçagem pelas noções de CULTURA e Aculturação, as concepções adquirirão completa e perfeita atualidade (PINHO, *apud* RAMOS, 2004, p. 95).

A visão de mestiçagem em Ramos e em Freyre consideravam de certo modo a possibilidade de um “aprimoramento” cultural por meio da miscigenação das três raças. Uma das críticas que recai sobre Gilberto Freyre é o fato deste retratar a miscigenação, que ocorreu durante o período colonial, baseada em uma relação pacífica do homem branco europeu com as demais etnias. A partir deste contexto, embora os negros sejam compreendidos como produtores culturais, o homem branco, e especificamente o europeu, continuou sendo um “referencial” de padrão fenótipo e culturalmente superior às demais etnias.

No campo do trabalho “moderno”, os negros foram hostilizados por estigmas raciais que julgavam que estes não estavam aptos as exigências das novas relações de trabalho que se estabeleciam no país devido as suas “imperfeições” culturais. Dentro dessa conjuntura política e intelectual os imigrantes, sobretudo os europeus, passaram a substituir os negros nas lavouras e, posteriormente, tornam-se a maioria no âmbito da classe operária no meio urbano.

Ao analisar o período histórico pós abolição no Brasil, Guimarães escreveu: “a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça” (GUIMARÃES, 2011). Guimarães faz dessa forma alusão ao lema da Revolução Francesa, adaptando às particularidades brasileiras, e expõe, assim, o fato de que a liberdade não representava a igualdade de direitos sociais entre a população brasileira a partir da Proclamação da República.

A liberdade, como negação do cativo ou da servidão pessoal, tal como expressa na luta pela abolição da escravatura, esgotava para o povo o sentido republicano da igualdade como estatuto legal equivalente para todos os homens – independentemente de origem social ou de cor. Isso explica a intrigante dubiedade ou mesmo hostilidade com que a República de 1889, que a esse ideário nada acrescenta, foi recebida no Brasil pelos meios negros e populares. (GUIMARÃES, 2011, p. 19).

Atrelado ao mito da democracia racial, o preconceito no Brasil adquiriu uma característica de ser uma espécie de “preconceito velado”, pelo fato de haver uma certa cordialidade e interação entre os diferentes grupos sociais/raciais no Brasil. A “cordialidade” entre negros e brancos foi utilizada pela elite brasileira (branca e extremamente dependente dos trabalhadores negros) na manutenção das antigas relações desiguais de trabalho. O Estado pouco fez no sentido da consolidação de políticas públicas de reparação histórica e social para com a população negra, após a escravidão.

A respeito das tendências históricas da sociedade de classes em “naturalizar” determinadas desigualdades socioeconômicas, a autora Verena Stolcke (1991) ressalta o fato de que “na sociedade de classes certas desigualdades socialmente relevantes são marcadas e legitimadas por uma explicação que as representa como tendo raízes nas diferenças naturais” (STOLCKE, 1991, p. 101). Neste sentido, a elite brasileira ao invés de “abrir mão” de seus privilégios, aderiu a um discurso de

“naturalização” das desigualdades, ou seja, formulou uma nova estratégia ideológica de “legitimação” de desigualdades sociais.

Contexto social pós abolição e resistência negra na Primeira República

Conforme exposto, a abolição jurídica da escravidão não ocorreu de modo instantâneo na prática. Os primeiros anos da República foram um período difícil para a população negra do Brasil, que teve de buscar seus próprios meios de resistir a opressão haja vista que tinham pouca representatividade no governo. Além disso, a adesão as teorias racialistas contribuiu para a consolidação entre a elite de que a população negra era inferior e perigosa e, portanto, um problema para o Estado nação. Foram implementados, então, diferentes projetos com o intuito de embranquecimento da população.

Nesse contexto, os negros tiveram que encontrar mecanismos para trabalhar apesar das limitações e repressões que enfrentaram ao longo da história do Brasil. A resistência negra sempre existiu. Desde o período da colonização os africanos e seus descendentes lutaram contra as distintas formas de opressão. Apesar de terem enfrentado diversas formas de repressão, que dificultaram o processo de libertação e a própria organização dos negros, estes encontraram meios de articulação para denunciarem e combaterem a escravidão e as ideias racialistas. Problemas financeiros e a defasagem de negros letrados foram alguns fatores que dificultaram a atuação destes entre os intelectuais e políticos da primeira República. Ainda assim, personalidades negras se organizaram e atuaram nesse período para rebater as ideologias racialistas e seus desdobramentos na sociedade.

O médico psiquiatra negro, Juliano Moreira, que foi diretor do Hospício dos Alienados, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1903 a 1930, questionou e criticou ideologias defendidas por Nina Rodrigues que era adepto como já se destacou das teorias eugenistas. As ideias de Moreira contrastavam com o pensamento majoritário na época, que atribuía a degeneração do povo brasileiro à mestiçagem e, mais especificamente, questionava os aspectos negativos atribuídos aos negros no processo de miscigenação. Contrário as ideias racistas da época, o médico Juliano Moreira acreditava que algumas das degenerações mentais eram causadas por

enfermidades decorrentes da ausência de educação e da falta de práticas básicas de higiene. As degenerações não estavam para ele associadas a diferenças raciais.

No campo da literatura, o autor carioca Lima Barreto desenvolveu em seus contos uma série de críticas sociais que, muitas vezes, abordavam parte de sua realidade. O autor expressou em suas obras uma grande preocupação com os fatos históricos e com os costumes sociais. As injustiças sociais e as dificuldades encontradas pelas classes pobres nas primeiras décadas da República são temas recorrentes em suas obras. Além disso, o autor adotou uma escrita mais simples aos padrões adotados à época, sendo duramente criticado pelos letrados tradicionais e causando desconforto na elite devido os temas sociais que abordava em suas obras.

Grande parte de sua produção literária retrata a realidade dos subúrbios cariocas e da vida simples dos trabalhadores da capital. Em seu primeiro romance, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), o autor narra a trajetória de um jovem mulato que vindo do interior sofre sérios preconceitos raciais. Esta obra, de caráter autobiográfico, deixa evidente a revolta do autor contra o preconceito racial. Na obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), considerada sua obra-prima, o autor descreve a vida política no Brasil após a Proclamação da República. Nesta obra, o autor faz uma descrição do panorama social e humano dos subúrbios cariocas na virada do século, através da narrativa das frustrações do funcionário público, Policarpo Quaresma, um nacionalista que se dedica a estudar as riquezas do país.

Para Lima os subúrbios eram uma estratégia discursiva; uma maneira de construir um projeto literário alternativo. Não tanto o subúrbio elegante, mas aquele dos trabalhadores da Central, dos metidos a aristocracia, da gente endomingada e de costumes simples. Não por coincidência, os melhores personagens de Lima Barreto serão ambientados fora do centro, com os subúrbios virando seu melhor cenário e definição. (SCHWARCZ, 2017, p. 126).

A partir da abolição da escravidão, a população negra de áreas rurais foi perdendo trabalho para os imigrantes europeus que, com auxílio do governo, migraram para o Brasil para trabalharem nas lavouras. Segundo Santos (2017), há alguns casos em que trabalhadores negros conseguiram negociar com seus ex-senhores uma relação de trabalho remunerado para continuarem a exercer as tarefas que já faziam antes da abolição. O problema destes casos é que, “alguns patrões viram essa situação como uma oportunidade para manter a mão de obra barata, pois pagavam salários muito pequenos para lavradores negros, salários esses que

difícilmente sustentava uma família” (SANTOS, 2017, p. 255). Mas ainda assim, a maioria dos proprietários de terras preferiu a contratação dos imigrantes europeus à contratação dos negros.

Neste sentido, a escravidão deixou enraigado nas instituições públicas e privadas, práticas e costumes violentos que só foram, de fato, abolidas através da resistência negra. Castigos físicos ainda era um costume destinado à punição de negros e mestiços. Um exemplo é o uso da chibata como castigo aos marinheiros na Armada Brasileira. Considerando que a maioria dos marinheiros eram negros, essa prática violenta de punição reproduzia um costume advindo da escravidão, além de contribuir para a consolidação do preconceito racial. Em novembro de 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes foi punido com 250 chibatadas aplicadas na frente de toda a tripulação do Encouraçado Minas Gerais. Esse episódio ocasionou a revolta entre marinheiros de diferentes embarcações, que liderados por João Cândido, iniciaram uma série de reivindicações, sob a ameaça de bombardearem a cidade do Rio de Janeiro.

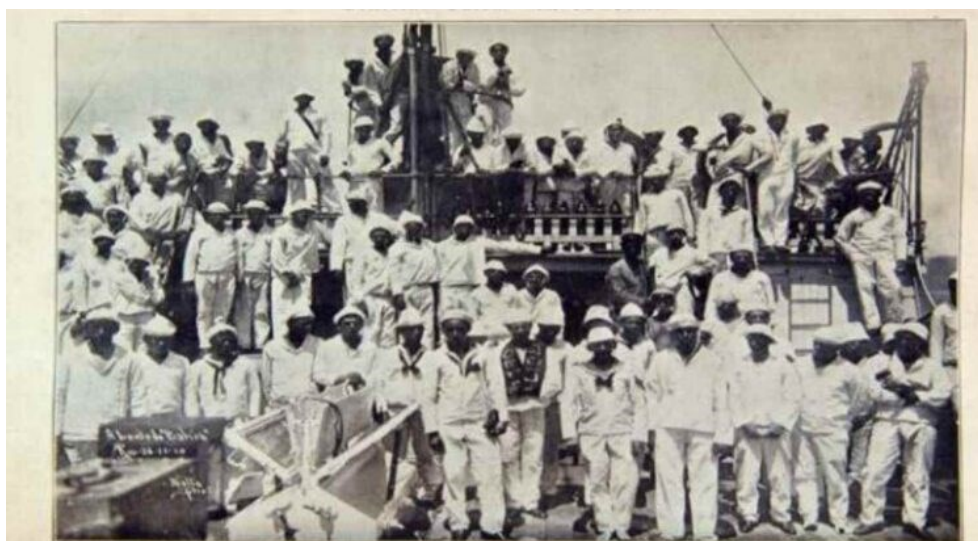


Figura 3: Revolta da Chibata.

Fonte: A Ilustração Brasileira/Biblioteca Nacional Digital.

Essa insurreição, que ficou conhecida historicamente como Revolta da Chibata, teve duração de quatro dias e só pode ser desmobilizada após muitas negociações com autoridades brasileiras que concordaram em abolir o uso da chibata como meio de punição nas embarcações. No entanto, apesar do Congresso Nacional ter concedido anistia aos envolvidos, muitos marinheiros assim que se entregaram foram presos ou mortos pelas próprias autoridades.

A partir do início da industrialização, muitos empresários preferiam empregar imigrantes europeus, que consideravam mais capazes de conduzir máquinas do que os recém libertos. No entanto, os imigrantes europeus e asiáticos que migraram para o Brasil eram em sua grande maioria camponeses originários de regiões agrícolas de seus países. Sendo assim, a exclusão da população negra no mercado de trabalho se deu, verdadeiramente, por um pretexto pautado no preconceito racial.

Sem muitas alternativas, grande parte da população negra decide se mudar para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. E, nas cidades, a realidade encontrada não foi fácil, pois a competição por trabalho era ainda maior. As cidades eram muito populosas nesse período, pois abrigavam um grande número de pessoas pobres libertas e livres, e, ainda, os imigrantes. É nesse contexto que grande parte da população negra e mestiça se instala em habitações coletivas nos centros urbanos.

A reforma empreendida na cidade do Rio de Janeiro pelo engenheiro Pereira Passos no governo de Rodrigues Alves (1902-1906) desabrigou centenas de pessoas que viviam em habitações coletivas (cortiços) e foi responsável por agravar a situação da classe pobre que em sua grande maioria era negra. A partir das demolições, esses habitantes mudaram-se para regiões periféricas, distantes do centro urbano ou passaram a habitar as encostas dos morros, aumentando, assim, o contingente populacional das favelas que começavam a surgir nesse período no Rio de Janeiro.

Frente a esse quadro desolador que enfrentava a população negra brasileira, trabalhadores e intelectuais negros começaram a se organizar por meio de associações, grêmios e clubes no âmbito dos quais debatiam a opressão que sofriam, formulando, dessa forma, meios para melhorar a condição de vida desse grupo social. Como forma de propagar informações e debater ideias referentes às questões dos negros no Brasil, articularam-se, então, por meio de jornais independentes que ficaram conhecidos como imprensa negra. Esses periódicos eram utilizados como meio de abordar a questão dos negros e demais excluídos da sociedade, que não encontravam espaço nos demais jornais brasileiros. Por meio da imprensa negra, esses buscavam valorizar a cultura e a história da população negra e mestiça e, ainda, utilizavam esses periódicos para denunciar as situações de preconceito racial. Dentre esses periódicos estão *A liberdade*, *O Alfinete*, *O Clarim d'Alvorada*, *A Sentinela* bem como outros que tiveram importante atuação a partir da década de 1930.

A autora negra Carolina Maria de Jesus migrou de sua cidade natal em Minas Gerais para a cidade de São Paulo, na década de 1940, em busca de melhores condições de trabalho. Carolina morou na favela do Canindé, periferia de São Paulo e na condição de autodidata aprendeu a ler e a escrever e, assim, passou a registrar em seus poemas parte de sua realidade de vida como catadora de papel na cidade. No trecho retirado do livro *“Diário de Bitita”*, a autora questiona a ideia de liberdade da população negra no Brasil:

Quando os pretos falavam: - Nós agora, estamos em liberdade - Eu pensava: “Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro e branco para o branco?” (JESUS, 1986, p. 56).

A partir do poema de Carolina, escrito num período bem posterior ao contexto do pós-abolição, é possível perceber que a realidade social das populações negras ainda seguiu marcada pela discriminação e pela vulnerabilidade social. A abolição da escravidão, como um fato isolado sem a criação de políticas públicas, não foi suficiente para romper com a desigualdade social. Além disso, as ideologias racialistas contribuíram para a construção de um imaginário social coletivo muito negativo, vinculado a aspectos da colonialidade. Desse modo, o preconceito e a discriminação racial, infelizmente, se faz presente na vida das pessoas negras e deve ser denunciado e combatido. O passado não deve ser negado, mas debatido criticamente como meio de reparar e compreender os equívocos cometidos no passado para com a população negra. Enquanto a resistência, a cultura, e as contribuições em diferentes áreas de homens e mulheres negras devem ser evidenciados como forma de afirmação identitária.

Considerações finais

A proposta desse trabalho foi apresentar, ainda que de modo breve, ideologias que estiveram presentes no período pós-abolição e na Primeira República (1889), com o intuito de compreender que tais ideias repercutem, ainda, de forma negativa junto à população negra do país e junto à imagem desse grupo social. Conforme Bourdieu aponta, classes sociais distintas estão envolvidas numa “luta propriamente simbólica para se imporem a definição do mundo social mais conforme

aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Atualmente, as classes dominantes têm aderido à discursos que remetem a meritocracia para justificar as diferenças sociais, negando, assim, as consequências históricas da escravidão. Mesmo após 133 anos de sua abolição, a escravidão ainda deixa as suas marcas no Brasil em forma de discriminação racial e descaso social para com essa população que, devido à condição da escravidão encontra-se, na contemporaneidade, em estágio desigual para se estruturar, inclusive, socialmente e economicamente.

Além disso, a adesão de ideologias racista pelo governo na Primeira República foi responsável pela estruturação de ideias preconceituosas que repercutem hoje na sociedade brasileira. A “universalização” da cultura branca e os atuais discursos que remetem há uma homogeneização cultural, fomentam uma falsa ideia de igualdade que “ameniza” os danos causados pela adesão às ideologias racistas no Brasil.

Assim, o racismo estruturou-se e enraizou-se na sociedade brasileira e se faz presente ainda hoje de maneira diversa, mesmo que de modo não tão evidente quanto no passado. Preconceito e discriminação são frequentes e não devem ser normatizados. É preciso que sejam debatidos e questionados. É preciso levar em consideração que o preconceito racial e preconceito cultural no Brasil é direcionado em sua grande maioria à cultura de matriz africana (IBGE, 2010). Os estudos sobre *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), demonstraram que grande parte da população negra desse país está em situação de vulnerabilidade social (IBGE, 2019). Desse modo, apesar dos direitos conquistados pela população negra no Brasil, ainda persistem socialmente atitudes que atualmente reproduzem preconceito e discriminação racial.

O preconceito é uma atitude estimulada pela crença de que os outros são não apenas diferentes, mas também inferiores — e crenças só podem ser mensuradas mediante contato com o discurso da pessoa, falado ou escrito, ou registros de um terceiro sobre a pessoa em questão. Já a discriminação refere-se a comportamentos, os quais são mensurados por ações realizadas e pelas consequências dessas ações: linchamento (ato consciente, ostensivo, violento), exclusão de pessoas dos assentos na frente do ônibus (ato consciente, ostensivo,

não-violento), não-contratação de pessoas para os 78 melhores empregos (ato às vezes consciente e ostensivo, mas às vezes inconsciente e/ou não ostensivo). (SKIDMORE, 2001, p. 67-68).

Neste sentido, por mais que o termo raça pareça ultrapassado, já que está posto que não existem raças entre os seres humanos, consideramos que essas questões são necessárias para a compreensão da constituição do racismo estrutural e da permanência das desigualdades sociais no Brasil. Desse modo, além da escravidão em si, responsável pelas desiguais condições sociais entre negros e brancos, as ideologias racistas deixaram seu legado. Atualmente, pessoas negras ainda são estigmatizadas como perigosas e inferiores, são detidas e frequentemente mortas pela polícia que atua com extrema violência contra essa população. Também são exterminadas devido à ausência de garantias de direitos básicos, através de políticas públicas por meio do Estado. Considerando-se que no Brasil a maioria da população é negra e, por sua vez, essa maioria constitui-se ainda hoje como a classe mais pobre, se torna evidente que o Estado continua a se posicionar ao lado da elite branca.

Neste sentido, compreendemos que a discussão de questões como raça, atualmente, não está relacionada à questão biológica, mas, sim, às questões sociais que devem ser debatidas para uma melhor compreensão das desigualdades sociais e culturais ainda existentes no Brasil. É necessário revisitar o passado e tomar conhecimento das ideias e práticas que abordaram diretamente questões referentes a identidade racial no país.

Para isso, é importante compreender que a consolidação da branquitude - supremacia da cultura branca que se estruturou no pensamento social brasileiro - se deu por meio de um esforço intelectual apoiado pelo Estado e que reverbera ainda hoje sobre a população não branca do país. É necessário compreender que o processo de colonização empreendido no Brasil trouxe graves consequências que não se encerraram no período colonial nem tampouco com o fim do sistema escravista e a Proclamação da República. A colonialidade ainda hoje persiste nas relações de poder que se consolidam na identificação dos povos segundo determinados padrões fenótipos e culturais estabelecidos e impostos pelo pensamento branco ocidental.

Desse modo, consideramos que é de extrema importância fomentar o debate crítico a respeito de ideologias racialistas que inspiraram e foram reproduzidas por intelectuais e governantes na origem da República brasileira. Também é necessária

uma compreensão crítica a respeito de discursos que amenizam a opressão empreendida nesses processos históricos. Esses discursos que se fundamentam no mito da democracia racial se tornam perigosos no que tange a questão de efetivas reparações históricas que se fazem extremamente necessárias ainda hoje. Além disso, incorrem no erro de responsabilizar os oprimidos pela condição a que foram submetidos.

Artigo recebido em 04 de abril de 2021.

Aprovado para publicação em 21 de setembro de 2021.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BROCOS, Modestos. **A redenção de Cam – 1897**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). In: **Dossiê Relações Raciais e Ação Afirmativa. Revista Contemporânea – v. 1, n. 2**, p. 17-36, jul./dez. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico, 2010. **Características Gerais da População, religião e pessoas com deficiência. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Censo Demogr. 2010. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. In: **Estudos e pesquisas: Informações Demográficas e Sociodemográficas**, n. 41. IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.
- JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. (1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. Evanir Pavloski (Org.). Coleção Literatura Brasileira: identidades em movimento. Chapecó: Ed. UFFS, 2020. Disponível em: <https://arquivosbrasil.blob.core.windows.net/insulas/anexos/o-presidente-negro.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Violência apaziguada: escravidão e cultivo do café nas fotografias de Marc Ferrez (1882-1885). São Paulo. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n.74, p. 33-62, 2017.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PINHO, Osmundo Araújo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. **Cadernos Pagu**, n. 23, p.89-119, jul.-dez. 2004.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. **História da África e do Brasil afrodescendente**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SCHWARCZ, LILIA MORITZ. Da minha janela vejo o mundo passar: Lima Barreto, o centro e os subúrbios. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 91, 2017.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-asiáticos**, n. 20, p. 101-119, jun. 1991.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, “sexo” raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, v.14, n. 1, Florianópolis, p.15-42, jan./abr. 2006.

SKIDMORE, Thomas. Temas e metodologias nos estudos das relações raciais brasileiras. Trad. Valter Ponte. **Novos Estudos**, n. 60, p. 63-76, jul. 2001.

VIANNA, F. J. Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1933. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/88>. Acesso em: 20 de mar. 2021.